



Senado simplifica concessão de visto para estrangeiros

Waldemir Barreto/Agência Senado



Em Plenário, o projeto relatado por Jorge Viana (E) na Comissão de Relações Exteriores foi elogiado por Renan Calheiros, ao lado de Casildo Maldaner

Turistas poderão enviar documentos pela internet, sem prejuízo para a segurança do processo

Estrangeiros que visitarem o Brasil terão a opção de obter o visto de turista por meio eletrônico, segundo projeto que segue para sanção. A dois meses da Copa do Mundo, a redução da burocracia visa incrementar o turismo. Ficam dispensados da exigência estrangeiros em viagens de negócios, ou na condição de artista ou desportista, desde que o país de origem dê o mesmo tratamento a brasileiros. **8**

Projeto cria residência em cursos para professores 6

Obras públicas: dados na internet também para empresas 5

Servidores da Justiça discordam sobre estatuto único 7

Redução de impostos para microempresas vai a Plenário 4

Avança proibição de doações de empresas a campanhas 2

Comissão decide hoje sobre CPI da Petrobras

A votação sobre a possibilidade de a CPI da Petrobras investigar também o metrô de São Paulo, o Porto de Suape (PE) e outros assuntos será concluída hoje pela CCJ. Enquanto o parecer do relator, Romero Jucá, é pela investigação mais ampla, a oposição impetrou no STF mandado defendendo o foco exclusivo na Petrobras. **3**



O exame da consulta feita por Renan Calheiros à CCJ sobre os pedidos de criação de CPI foi suspenso ontem devido ao início da ordem do dia no Plenário

Sheyla Leal/Agência Senado

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Estatuto da Juventude



Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Comissão de Constituição e Justiça analisa, em segundo turno, substitutivo de Roberto Requião que veda a contribuição de pessoas jurídicas, em dinheiro ou em publicidade, a partidos políticos e candidatos

Marcos Oliveira/Agência Senado



Para Roberto Requião, que ampliou alcance original do projeto, eleição deve ter participação exclusiva dos eleitores

Fim de doações de empresas a partidos vai a votação

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve concluir hoje a votação do projeto que proíbe doações de empresas, em dinheiro ou em publicidade, a candidatos e partidos políticos (PLS 60/2012). Na semana passada, foi aprovado substitutivo de Roberto Requião (PMDB-PR), relator, ao texto original de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Originalmente, o PLS 60/2012 proibia apenas a oferta de recursos por empresas com dirigentes condenados em instância final da Justiça por corrupção ativa. A intenção de Vanessa era estender aos doadores de campanha, pessoas físicas ou jurídicas, as limitações já impostas aos candidatos pela Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010).

No entanto, por entender que as eleições devem ter participação exclusiva dos eleitores, uma vez que as empresas não têm direito a voto, Requião decidiu pela proibição de toda e qualquer contribuição financeira de empresas a partidos e candidatos.

“Na medida em que uma regra de financiamento permite doações na proporção da propriedade de cada eleitor, o poder econômico tende a colonizar o poder político e desaparece a possibilidade de contraponto entre um e outro”, argumentou o relator.

A proibição às doações de empresas, entretanto, pode vir antes da conclusão da votação do PLS 60/2012 no Congresso. Também na semana passada, o Supremo Tribunal Federal

(STF) deu continuidade ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questiona dispositivos da Lei dos Partidos Políticos e da Lei das Eleições que permitem esse tipo de doação.

No julgamento, interrompido mais uma vez por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, houve, até agora, 6 votos a favor da proibição e apenas 1 contrário. Com isso, o resultado só sofrerá alteração se um dos ministros que já se manifestaram mudar de opinião.

Já a proposta do Senado, se aprovada na CCJ, segue para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação pelo Plenário.

Valdir Raupp chama a atenção para gravidade das mudanças climáticas

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) classificou como perturbadores, mas não inesperados, os resultados do mais recente relatório das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Segundo ele, o impacto do aquecimento global será abrangente e irreversível e nenhum ser humano ficará imune aos efeitos.

Raupp chamou a atenção para a necessidade de mudança no estilo de vida do homem moderno, assinalando que os países desenvolvidos precisam compensar os estragos ambientais sofridos pelos países pobres. Como exemplo da mudança no clima mundial, o senador citou a enchente do Rio Madeira, que tem causado grandes prejuízos a Rondônia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Suplicy defende os direitos da população cigana

Ao saudar o Dia Internacional do Cigano, comemorado ontem, Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que esse grupo étnico ainda seja visto com preconceito em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Segundo o senador, eles são estigmatizados como povo errante, itinerante e sem aptidão para o trabalho fixo. E isso os afeta, pois onde quer que cheguem enfrentam isolamento político, econômico, social, educacional e cultural.

— Avalio que devemos empenhar nossa irrestrita solidariedade à causa dos ciganos no Brasil e no mundo, como de fato vem sendo realizado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jayme Campos celebra os 295 anos de fundação de Cuiabá

Jayme Campos (DEM-MT) registrou os 295 anos de Cuiabá, comemorados ontem. Ele informou

que a capital mato-grossense tem 600 mil habitantes, vindos de todas as partes do Brasil, e teve como principal atividade no início da história o garimpo. O progresso realmente, segundo o senador, só chegou no fim do século passado, com a dinamização do agronegócio. Atualmente, a cidade enfrenta problemas financeiros e estruturais que podem melhorar se as obras da Copa do Mundo saírem do papel, salientou.

— Apesar dos problemas de mobilidade, dos percalços logísticos e de outras questões, a maior riqueza de Cuiabá está em sua gente — afirmou.



Moreira Moutz/Agência Senado

Casa firma acordos institucionais com Supremo e FNDE

O Senado assinou na segunda-feira dois acordos que ampliam a cooperação institucional entre os Poderes. O primeiro foi firmado com o Supremo Tribunal Federal, que terá acesso ao sistema de gerenciamento de bibliotecas e de dados bibliográficos e administrativos do Senado, importante para pesquisa em direito. Já o ato assinado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) visa ao desenvolvimento institucional, por meio de ações de aperfeiçoamento e de especialização dos recursos humanos. O Senado foi representado nos dois acordos pelo diretor-geral da Casa, Helder Rebouças.

Senadores elogiam Claudia Lyra à frente da Secretaria da Mesa

Senadores elogiaram ontem o trabalho da ex-secretária-geral da Mesa do Senado Claudia Lyra, que deixou a função na semana passada. Eles ressaltaram o profissionalismo, a competência e a dedicação da servidora com mais de 30 anos de Casa.

Jorge Viana (PT-AC), que presidia a sessão, disse que Claudia Lyra merecia as “justas homenagens”, lembrando que, com seus conhecimentos, ela dava segurança aos parlamentares de que o Regimento Interno fosse cumprido.



Moreira Moutz/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Acordos internacionais**
14h Na pauta, proposta que prevê urgência na tramitação de tratados, atos e acordos internacionais.
- PRESIDÊNCIA Aposentados**
11h30 Renan Calheiros recebe os presidentes da Confederação Brasileira de Aposentados, Warley Martins, e da Federação dos Aposentados de Alagoas, Gildo Arquimínio. Às 16h, preside a ordem do dia.
- RESÍDUOS SÓLIDOS Logística reversa**
9h Audiência interativa sobre o sistema de logística reversa que define procedimentos para o correto descarte de remédios e de eletroeletrônicos.
- CAS Indicação para ANS**
9h A comissão analisa a indicação de Simone Sanches Freire para a diretoria da ANS e projeto que concede incentivo tributário a empresas que auxiliem na capacitação profissional de jovens em abrigos.
- CCJ Relatório da CPI da Petrobras**
9h Debate sobre o relatório que acatou a abertura de uma CPI da Petrobras ampla. Às 10h, análise de projeto que pede plebiscito sobre redução da maioria penal.
- CE Prioridades da educação**
10h O ministro da Educação fala sobre as prioridades da pasta, além da situação dos estudantes da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade.
- CMC Início dos trabalhos**
11h A Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas reúne-se para eleição do presidente e do vice-presidente.
- CDH Acessibilidade de calçadas**
11h30 Normas sobre acessibilidade de passeios públicos e previsão de passe livre para pessoas com doenças graves na pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
- CPI DA ESPIONAGEM Relatório final**
14h Apresentação do relatório final da Comissão Parlamentar de Investigação da Espionagem.
- EDUCAÇÃO Financiamento**
14h A comissão temporária criada para debater e propor soluções para o financiamento da educação realiza audiência pública sobre o tema.
- CCJ/CAE Dívidas de estados**
14h30 Reunião conjunta das Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos para votar emendas de Plenário a projeto que reduz encargos das dívidas de estados e municípios.
- CMO Crédito extra para ministérios**
14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para discutir e votar a Medida Provisória 637/2013, que libera crédito extraordinário de R\$ 1,97 bilhão para nove ministérios.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, reunião da **Comissão de Assuntos Sociais**; e, às 10h, audiência pública da **Comissão de Educação, Cultura e Esporte**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Devido ao início de votações no Plenário, Comissão de Constituição e Justiça interrompeu análise que definirá se investigação vai incluir denúncias contra metrô de São Paulo

Foco da CPI da Petrobras será decidido hoje

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) conclui hoje análise sobre a possibilidade de a CPI da Petrobras investigar, além das supostas irregularidades envolvendo a estatal, denúncias sobre os metrôs de São Paulo e do Distrito Federal, a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e fraudes em convênios que contam com recursos da União. O exame foi suspenso ontem devido ao início da ordem do dia (votações) no Plenário.

A oposição quer uma investigação restrita à Petrobras, tendo como foco principal a compra da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), adquirida da empresa belga Astra Oil. O governo federal defende uma CPI ampla — o que pode alcançar os governos do PSDB no estado de São Paulo e o do presidencialista Eduardo Campos (PSB) em Pernambuco. O



Vital e Jucá conversam com o deputado Paulo Teixeira (C) em reunião no Senado que precisou ser interrompida ontem

relator, Romero Jucá (PMDB-RR), é pela ampliação da CPI.

A CCJ foi consultada por determinação do presidente do Senado, Renan Calheiros, que na semana passada anunciou entendimento da Mesa de que seria possível uma única CPI. O impasse surgiu depois que, lido o requerimento da oposição, a base do governo apresentou um novo

requerimento com mais fatos a serem apurados.

Embora tenha o respaldo de mais de um terço dos senadores, o requerimento de CPI ampla é classificado como “manobra” pela oposição.

Em 13 páginas de relatório, Jucá exclui do pedido de CPI ampla apenas o item que previa a investigação de contratos de tecnologia da informação

firmados por estados e municípios com recursos da União. Para ele, o fato determinado não ficou bem discriminado.

— É clara a possibilidade de que uma só CPI trate sobre diversos fatos. O fato determinado pode ser uno ou múltiplo, singular ou complexo, desde que se possa precisar o objeto da investigação — argumentou o relator na CCJ.

O senador defendeu uma única investigação para que haja mais eficiência e economia processual. Para ele, a investigação da refinaria em Pernambuco é conexa com os quatro objetivos iniciais propostos pela oposição para a CPI: a compra da refinaria de Pasadena, indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore, denúncia de que as plataformas da empresa estariam sendo lançadas ao mar sem componentes essenciais de segurança e indícios de superfaturamento na construção de refinarias.

Por fim, o relator sugeriu uma consulta ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade do acréscimo de fatos determinados, sem que da resposta dependa o andamento da CPI no Senado.

Oposição critica consulta a comissão

A oposição reclamou da decisão da Presidência da Casa de submeter a criação da CPI da Petrobras à CCJ. Para Pedro Taques (PDT-MT), não há qualquer problema de interpretação. Segundo o senador, o texto constitucional diz que as CPIs serão criadas mediante requerimento de um terço da Casa para apuração de fato determinado e com prazo certo.

— Como não pairam dúvidas sobre o cumprimento desses requisitos constitucionais pela oposição, tudo o que envolve o recurso à CCJ é ilegal — disse.

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), argumentou que o pedido de Taques pela desconsideração do recurso de Renan é “atemporal”. Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), qualquer decisão sobre o tema tomada na CCJ é ilegítima.

— O propósito do governo ao criar essa “CPI combo” é não investigar a Petrobras — disse. Aécio Neves (PSDB-MG),

como Aloysio, tomou entendimento do ministro do STF Celso de Mello em caso anterior para dizer que nem o Plenário poderia impedir a criação da CPI, “um ato que independe de votos, se cumpridos os requisitos”.

— Se prevalecer essa equivocada visão de Renan Calheiros e do relator na CCJ, todas as vezes em que a Minoria quiser instalar uma CPI, a Maioria virá acrescentar uma série de fatos difusos que inviabilizarão a investigação — disse.

Também defenderam a CPI exclusiva José Agripino (DEM-RN) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Para Alvaro, com a inclusão de outros assuntos, os governistas “buscam a ineficácia da CPI, fulminando a prerrogativa essencial para a Minoria de investigar o Executivo”.

Segundo o presidente da CCJ, Vital do Rêgo, a consulta ao STF é “um fato inédito que, a partir dos posicionamentos do

Plenário e do Supremo, será parâmetro para outras posições”. Já Romero Jucá (PMDB-RR) disse que sugeriu a consulta ao STF para esclarecer a questão definitivamente.

— Como a Constituição é omissa, solicitamos que o Supremo se manifeste para não haver no futuro nenhum prejuízo a qualquer instalação de CPI a pedido de minorias.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse que o desejo da Minoria de investigar a Petrobras está preservado com a CPI mais ampla.

— Há uma conexão forte entre os fatos que podem vir a ser investigados pela CPI, que é a aplicação dos recursos financeiros da União — disse.

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), se novos fatos podem ser incluídos no escopo da investigação no decorrer da CPI, então também podem ser acrescentados no início.

Mandado pede que investigação seja exclusivamente sobre estatal

Invocando jurisprudência do STF, líderes da oposição impetraram ontem junto à Corte um mandado de segurança destinado a garantir a instalação de CPI exclusiva para investigar irregularidades concernentes à Petrobras.

Alvaro Dias argumentou que, no próprio Senado, na administração anterior de Renan Calheiros, foi arquivado um pedido de instalação de CPI sob o entendimento de que abordava fatos desconexos.

— A CPI que propomos

agora investiga fatos delimitados, tem o número de assinaturas exigido e tem prazo definido de investigação. É exatamente isso o que exige a Constituição — disse.

Foram também ao Supremo: Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques, José Agripino, Pedro Simon (PMDB-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e vários deputados.



Senadores e deputados foram juntos ao STF pedir CPI restrita à Petrobras

Renan elogia iniciativa de opositoristas de consultar Supremo Tribunal Federal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou ontem a iniciativa da oposição de recorrer ao Supremo para definir a abrangência da CPI da Petrobras.

— Eu já havia anunciado que iria ouvir a CCJ e o Plenário sobre esse assunto. E, quem sabe, seria muito bom ouvir o Supremo, porque essa é uma questão nova, inédita e que precisa ser resolvida definitivamente — afirmou o parlamentar.

Viana afirma que a estatal produz e lucra mais nos governos do PT

Jorge Viana (PT-AC) disse que é importante investigar também a Refinaria Abreu e Lima, que está saindo muito mais cara do que o previsto, e também as denúncias de desvio nas obras do metrô de São Paulo. Segundo ele, a oposição fala como se a Petrobras estivesse falindo, quando, na verdade, passou a produzir mais nos governos do PT.

— O lucro era de R\$ 8 bilhões por ano, agora é de R\$ 25 bilhões por ano — comparou.

Humberto diz que ataques à empresa visam desgastar o governo em ano eleitoral

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse estar indignado com os ataques contra a Petrobras feitos pela oposição para desgastar o governo num ano eleitoral. Ele lembrou que as denúncias já estão sendo apuradas pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

Couto lastima que Senado tente impedir a Minoria de fazer investigação específica

Mário Couto (PSDB-PA) lastimou que o Senado tente mutilar o direito da Minoria de criar uma CPI específica. Isso, segundo ele, vai se tornar rotina no Congresso sempre que alguma CPI que contrarie o governo for criada pela Minoria. O senador defendeu, mais uma vez, o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Comissão adia análise de convites a José Sergio Gabrielli e Nelson Cerveró

Foi adiada a votação, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de requerimentos propondo debates com José Sergio Gabrielli, ex-presidente da Petrobras, e Nelson Cerveró, ex-diretor da estatal, para explicar a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Senadores solicitaram o adiamento até que a Casa chegue a uma decisão sobre a criação da CPI da Petrobras.

Plenário examina proposta que reduz impostos para microempresas

Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem substitutivo que amplia lista de produtos sujeitos à substituição tributária

MICROEMPRESAS E EMPRESAS de pequeno porte pagarão menos impostos, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que segue agora para o Plenário do Senado. O texto (PLS 323/2010) estabelece limites ao poder dos estados de adotar a substituição tributária, mecanismo que obriga o contribuinte a pagar o imposto devido pelos clientes ao longo da cadeia de comercialização.

Na prática, a ampliação dessa modalidade de cobrança reduz os benefícios do tratamento diferenciado das microempresas, como avalia o relator, Armando Monteiro (PTB-PE), e fica mais fácil a fiscalização dos tributos plurifásicos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). São assim chamados por incidirem em diferentes fases da circulação do produto. Pelo texto, o tributo plurifásico passa a ser recolhido de uma só vez, como se fosse monofásico.

Ontem Armando leu novo substitutivo ao projeto, incorporando parcialmente emendas apresentadas por Eduardo Suplicy (PT-SP) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Da emenda de Suplicy, o relator aproveitou a ideia de ampliar a lista de produtos sujeitos à substituição tributária, como desejam os secretários de Fazenda. Os estados estão



Armando Monteiro, relator do projeto, conversa com Gleisi Hoffmann, que sugeriu emenda para reduzir burocracia

temerosos porque cerca de 30% da arrecadação provém da substituição tributária. A lista de itens subiu de 18 para 44.

Da emenda de Gleisi, Armando aproveitou medidas que visam reduzir a burocracia no recolhimento do tributo. Para isso, incluiu no substitutivo a proibição da exigência, aos optantes do Simples, de "obrigações tributárias acessórias unilaterais" pelos estados. Segundo o substitutivo, as únicas exigências aceitas são as que constam do Portal do Simples Nacional.

De acordo com Armando, as micros e pequenas empresas sujeitas à substituição tributária são obrigadas a fazer cálculos complicados para apurar o imposto a ser recolhido, tendo em vista as grandes variações de alíquotas por setores e por estados.

O texto prevê que as informações sobre o ICMS devido na substituição tributária sejam fornecidas por meio de aplicativo único, à disposição no Portal do Simples Nacional. Também será gratuito o fornecimento de aplicativo para emissão de nota fiscal eletrônica para micros e pequenas empresas. Esses aplicativos deverão ser regulamentados pelo Comitê Gestor do Simples Nacional em 180 dias.

Capital de giro

Será de 90 dias o prazo mínimo para vencimento do imposto devido por substituição tributária. Isso ajuda a minimizar um dos efeitos negativos da substituição tributária, que é a redução do capital de giro das empresas que atuam como substitutas. Segundo Armando, "o desca-

samento entre os prazos médios de pagamento do tributo e da realização financeira dos recebíveis resulta em maior custo financeiro".

No relatório, Armando cita uma simulação feita pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação mostrando que a carga sobre uma empresa enquadrada no Simples quase dobra com a substituição tributária: empresa com faturamento anual de R\$ 1,2 milhão e que tenha 70% das vendas vinculadas a esse mecanismo de arrecadação desembolsaria 14% em impostos. Sem a substituição, recolheria 8,33%.

Estudo da Fundação Getúlio Vargas estima em R\$ 1,7 bilhão a perda das micros e pequenas empresas, no ano fiscal de 2008, decorrentes da aplicação da substituição tributária.

Produtores de cana querem manter subvenção

Em audiência pública ontem no Senado, produtores de cana-de-açúcar e de etanol do Nordeste cuja produção foi afetada pela seca nos últimos anos debateram a Medida Provisória (MP) 635/2013. Eles querem que a proposta, que amplia o pagamento do Benefício Garantia-Safra para a colheita 2012-2013, inclua também o pagamento de subvenção.

O presidente da comissão, Walter Pinheiro (PT-BA), marcou para 22 de abril a leitura do relatório da medida.

Há quatro anos, o governo tem repassado R\$ 12 por tonelada de cana-de-açúcar colhida e R\$ 0,40 por litro de etanol produzido, a fim de compensar os prejuízos da estiagem, principalmente no semiárido nordestino. A ajuda, no entanto, não será mais paga na safra 2012-2013. Os produtores alegam que as perdas não são recuperadas em apenas uma safra.

— Mais de R\$ 1 bilhão e mais de 25 mil empregos foram subtraídos só em Alagoas,

numa região em que a cana-de-açúcar é o maior polo empregador — contabilizou Pedro Robério Nogueira, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Alagoas (Sindaçúcar-AL).

O Nordeste responde por 8% da produção de cana e etanol do país e por 21% da mão de obra empregada. O setor tem 25 mil produtores e 77 unidades industriais em 220 municípios nordestinos e gera 640 mil empregos diretos ou indiretos na região. Os dados

foram divulgados pelo presidente da União Nordestina dos Produtores de Cana (Unida), Alexandre Andrade Lima.

O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco, Renato Augusto Cunha, disse que, enquanto uma política definitiva para o setor não é criada, a subvenção é a garantia de sobrevivência. A tese é compartilhada por Lourenço Lins Lopes, presidente da Associação dos Plantadores de Cana do Estado de Alagoas.

Para o governo, não está comprovada a necessidade de manter a subvenção. O secretário-adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Fazenda, João Pinto Rabelo Junior, disse que, com a subvenção, o setor recebeu R\$ 528 milhões. O governo está aberto a discutir uma política definitiva, segundo o coordenador-geral de Açúcar e Alcool do Ministério da Agricultura, Cid Jorge Caldas.

Paulo Paim cobra pagamento de dívida da União com a Varig

Paulo Paim (PT-RS) criticou a falta de sintonia dos integrantes do governo, que, segundo ele, não chegaram a um acordo quanto ao pagamento, determinado pelo Supremo Tribunal Federal, da dívida da União com a Varig.

A demora prejudica os beneficiários do Instituto Aerus de Seguridade Social, acredita o senador. Paim lembrou que, desde que a questão foi parar na Justiça, 953 beneficiários já morreram.

— Que o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o presidente da Câmara, Henrique Alves, peçam audiência com a presidente da República e conversem com ela: afinal, quem está falando a verdade? — sugeriu Paim.

O senador também lembrou passagem do Dia do Jornalista, 7 de abril. Ele destacou a importância desses profissionais para a informação da sociedade, mas também lamentou que muitos ainda morram no exercício da profissão.

Ana Amélia compara a câncer demora para indenizar Varig

Ana Amélia (PP-RS) destacou o Dia Mundial do Combate ao Câncer, 8 de abril. Ela cumprimentou médicos, cientistas e integrantes da sociedade e do governo que combatem a enfermidade.

A senadora fez uma analogia entre a enfermidade e a ineficiência do Estado, citando como exemplo a demora na solução do caso do Instituto Aerus de Seguridade Social. Ela registrou que ex-funcionários, aposentados e pensionistas da Varig estão há 28 dias em vigília, na Câmara, pedindo uma solução. A maioria dos segurados da Aerus tem mais de 70 anos e recebe menos de 10% do que teria direito, desde 2006.

Ana Amélia contou que, no dia 12 de março, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito da Varig de receber indenização no caso da defasagem tarifária. O governo, então, teria de pagar cerca de R\$ 7 bilhões para a empresa. Parte desse valor vai para o Aerus.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Gerardo Magalhães/Agência Senado



Presidente da comissão, Walter Pinheiro (de terno claro) anunciou para 22 de abril a leitura do parecer sobre a MP 635

Dados sobre obras e serviços públicos deverão estar na internet

Projeto de Vital do Rêgo, aprovado em comissão, obriga também as empresas contratadas a prestarem contas do andamento das obras

FOI APROVADO ONTEM na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) projeto de Vital do Rêgo (PMDB-PB) que pretende assegurar mais divulgação pela internet das obras e serviços públicos em andamento.

O PLS 289/2013 determina que tanto a administração pública quanto as empresas contratadas divulguem informações detalhadas nos respectivos sites.

Pelo texto, deverão ser publicadas informações atualizadas sobre os cronogramas de execução e de pagamento dos serviços e obras, com dados detalhados sobre prazos e custos de cada etapa. A ideia é inserir novos dispositivos na Lei de Licitações (Lei 8.666/1993) para impor a exigência.

Vital afirma na justificativa do projeto que a divulgação de informações sobre as obras públicas e os serviços contratados é essencial para aumentar a transparência sobre a gestão pública. “Com acesso franqueado a esses dados, os cidadãos podem acompanhar de perto e



Obras em Queimados, na Baixada Fluminense (RJ): texto visa à transparência do poder público e de empresas contratadas

fiscalizar diretamente a execução dos contratos celebrados”, salienta.

Fica claro na proposta que as novas exigências não excluem medidas de transparência já previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que regulamentou o direito constitucional do cidadão às informações públicas.

Essa lei impõe obrigações

apenas a órgãos e entidades públicos, sem se estender aos contratados. De forma mais genérica, situa entre os deveres, independentemente de pedido, a divulgação de informações relativas aos procedimentos licitatórios, inclusive editais, resultados e contratos.

As regras de divulgação previstas no projeto de Vital não

alcançam, contudo, o universo das empresas contratadas pelo setor público. São excluídas da obrigatoriedade aquelas que mantenham contratos de pequeno porte, dentro do limite de dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia — hoje em R\$ 15 mil. O autor explica que a intenção é não onerar esses contratados.

Comissões debatem revisão de dívidas estaduais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou a realização de reunião conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), hoje, às 14h30, para examinar emendas de Plenário ao projeto que reduz os encargos das dívidas de estados e municípios.

O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), que apresentou voto pela rejeição das emendas de Plenário, manifestou confiança na aprovação do PLC 99/2013 na forma como ele veio da Câmara dos Deputados.

O projeto foi apresentado pelo Executivo e prevê a troca

do indexador das dívidas, do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais juros anuais de 4%. Também fixa como limite para a cobrança de encargos a taxa Selic (vale o menor valor).

A Câmara alterou o projeto para prever descontos nos estoques das dívidas, equivalentes à diferença entre o saldo devedor existente em 1º de janeiro de 2013 e o apurado com a aplicação da variação acumulada da Selic desde a assinatura dos respectivos contratos.

Casildo defende novo índice para dívidas dos estados



Waldemir Barreto/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) considera fundamental a aprovação da proposta que altera o indexador das dívidas dos estados e municípios. O projeto vai ser votado hoje em reunião conjunta das

Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Ao citar estudo da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Casildo informou que em 1998 o valor do empréstimo da União para estados somava R\$ 93 bilhões e hoje, mesmo tendo os estados já honrado R\$ 158 bilhões, chega a R\$ 500 bilhões.

O senador disse que se a renegociação for aprovada, Santa Catarina vai economizar R\$ 120 milhões só neste ano.

— Trata-se de um pequeno mas significativo passo do que se convencionou chamar de pacto federativo, uma nova ordem que reequilibre a relação entre a União, os estados e municípios — afirmou o senador.

Mesa avalia maratona intelectual no Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem a criação de uma maratona intelectual no Senado, reunindo hackers, programadores, desenvolvedores e inventores. O objetivo do

evento, chamado de Hackathon — Senado Federal, é promover o desenvolvimento de projetos para aumentar a transparência e promover melhorias no processo legislativo por meio de tecnologias digitais.

O texto, que segue para exame final pela Mesa do Senado, é um substitutivo do relator, João Vicente Claudino (PTB-PI, foto) a projeto de resolução (PRS 82/2013) de Pedro Taques (PDT-MT). João Vicente corrigiu aspectos de técnica legislativa.

Caso a proposta seja aprovada, o Hackathon ficará a cargo de comissão composta por profissionais da Casa e, mediante convite, de outros órgãos da administração pública e da sociedade. Serão aceitas inscrições individuais ou de equipes com até três integrantes.

Marco Civil da Internet terá três audiências conjuntas

As Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição e Justiça (CCJ) realizarão três audiências conjuntas para debater o projeto do Marco Civil da Internet (PLC 21/2014), que regulamenta a internet brasileira.

A proposta foi defendida pelos relatores na CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB); na CCT, Zeze Perrella (PDT-MG); e na CMA, Luiz Henrique (PMDB-SC); e aprovada ontem em reunião conjunta. As audiências estão previstas para 10, 15 e 22 de abril. Serão convidados representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Comitê Gestor da Internet (CGI), do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia (Sinditelebrasil) e do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Idec), representantes de empresas de telecomunicações, provedores e especialistas.

O projeto já recebeu 41 emendas de senadores desde que chegou da Câmara, em 26 de março e, como há pedido de urgência constitucional da Presidência da República, está sendo analisado simultaneamente pelas três comissões.



José Cruz/Agência Senado

Cristovam reconhece importância do programa e quer completá-lo

Casas do Minha Casa, Minha Vida poderão ter computador e livros

Cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida deverá ser entregue com um computador e uma biblioteca composta por 20 livros. É o que propõe o projeto (PLS 204/2013) aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A proposta, de Cristovam Buarque (PDT-DF), garante a entrega do computador com todos os softwares instalados e acesso à internet banda larga, além de 20 obras selecionadas pelos planos municipal, estadual e nacional do Livro e da Leitura.

Segundo Cristovam, o programa proporciona moradia para milhões de brasileiros, “resgatando uma dívida social secular e encaminhando o Brasil para a trilha da verdadeira abolição”, mas se revela incompleto, na avaliação dele, pois não avança no acesso ao conhecimento e à informação.

Aprovada programação orçamentária do 4º trimestre de 2013

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 48/2014, sobre a programação monetária para o quarto trimestre de 2013. O projeto teve Waldemir Moka (PMDB-MS) como relator.

A programação orçamentária divide-se em cinco seções. A primeira avalia a economia no terceiro trimestre do ano e as duas seguintes descrevem a política monetária executada no segundo trimestre e no período julho-agosto. A quarta seção apresenta as perspectivas para o quarto trimestre e a quinta, as metas indicativas para o mesmo período.

Em relação à economia, o produto interno bruto (PIB) cresceu 1,5% no segundo trimestre de 2013 em relação ao trimestre anterior, com destaque, sob a óptica da produção, para a agropecuária e, com relação às despesas, para o crescimento dos investimentos.

Vai para a Câmara criação de residência pedagógica

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos professores no Brasil, projeto aprovado ontem no Senado estabelece para os universitários jornada de oito horas diárias durante 200 dias letivos

A COMISSÃO DE Educação e Cultura (CE) aprovou ontem projeto (PLS 284/2012) que cria a residência pedagógica para professores da educação básica, nos moldes da residência para a capacitação prática dos estudantes de medicina. Os estudantes deverão cumprir pelo menos 1,6 mil horas após a formação inicial e terão direito a bolsa de estudo.

Apresentada pelo senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), a proposta foi aprovada em decisão terminativa. Ou seja, segue direto para a Câmara, a menos que haja recurso para decisão final no Plenário.

Uma emenda do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), que preside a CE, estendeu a obrigatoriedade da residência a todo o conjunto de cursos de formação de professores da educação básica, da creche ao ensino médio. A emenda também estabeleceu o mínimo de 1,6 mil horas para a residência, que exigirá dedicação integral (oito horas diárias) por um ano, com 200 dias letivos.

O projeto original incluía



Relator, senador Cyro Miranda (D) considera a proposta "muito oportuna"

na Lei de Diretrizes e Bases da Educação a previsão da residência pedagógica apenas para professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, com mínimo de 800 horas. O texto inicial já previa a bolsa de estudo, cujo valor será estipulado pelas esferas de governo responsáveis pelos cursos.

Para Cyro, a proposta de Blairo foi "muito oportuna", diante das preocupações com a formação dos professores. Segundo ele, grande parte dos estudantes de pedagogia termina os cursos sem o necessário preparo para enfrentar

uma sala de aula. A seu ver, as 1,6 mil horas de residência vão assegurar ao estudante uma "experiência essencial", com a vantagem de já contar com uma renda durante essa nova fase de aprendizagem.

— Não adianta o professor ir para a sala de aula e não ter condições de formar bem os alunos — argumentou.

Na avaliação do relator, o projeto oferece resposta a uma parte dos problemas da educação no país. Entre as medidas ainda necessárias, ele cita a formação continuada e a melhoria dos ganhos dos professores.

Plenário analisa projeto sobre mestrado e doutorado a distância

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que define regras gerais para cursos de mestrado e doutorado a distância. A proposta acolhida foi o substitutivo da Câmara a projeto (PLS 264/1999) da ex-senadora Emília Fernandes. O texto segue para o Plenário.

De acordo com o projeto, serão as mesmas normas do ensino presencial, com adequações, mas serão exigidos exames presenciais de defesa de trabalhos ou outras formas de avaliação de desempenho desenvolvidas com as inovações da tecnologia educacional.

A proposta trata ainda do reconhecimento dos diplomas de mestrado e doutorado a distância expedidos por universidades estrangeiras segundo o que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Por esse dispositivo, "as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas".

Bolsa-Atleta poderá beneficiar também os treinadores

Técnicos dos atletas beneficiados pelo Programa Bolsa-Atleta podem ganhar 10% do valor do benefício recebido por seus atletas, sendo possível acumular até dez bolsas. A medida, aprovada ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), consta de substitutivo de Paulo Paim (PT-SP) a dois projetos que tramitavam em conjunto. Ele acatou parcialmente o PLS 332/2009 e rejeitou o PLS 134/2010.

Para ter direito ao benefício, o técnico não poderá receber salário de entidade de prática desportiva. Também já deve estar vinculado ao atleta por pelo menos um ano e ser bacharel em educação física. Ainda pelo texto, a concessão do benefício será automaticamente extinta assim que for desfeito o vínculo técnico-atleta.

Por ter sido uma decisão terminativa sobre substitutivo, haverá turno suplementar, fase em que ainda cabe sugestão de emendas. Depois a proposta poderá seguir de imediato para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para decisão final no Plenário do Senado.

Ministro da Educação fala sobre universidades descredenciadas

A Comissão de Educação e Cultura (CE) vai discutir amanhã, em audiência pública, a situação dos estudantes da Universidade Gama Filho



tuições, selecionadas em convocação pública, por edital.

Cidade (UniverCidade), descredenciadas no início do ano pelo Ministério da Educação (MEC). O ministro, Henrique Paim, foi convidado.

As universidades são mantidas pelo grupo Galileo Educacional. Os estudantes matriculados tiveram a opção de migrar para outras três ins-

No dia 2, o MEC deu prazo de dez dias para que os dirigentes e representantes legais do grupo Ga-

leileo repassem todo o acervo acadêmico dos ex-alunos às instituições vencedoras do processo de transferência assistida: as Universidades Estácio de Sá e Veiga de Almeida e a Faculdade de Tecnologia Senac Rio (Fatec), que estão autorizadas a expedir diplomas e demais documentos acadêmicos dos alunos.

Especialistas discutem formas de desenvolvimento do ensino

A comissão temporária que busca soluções para o financiamento da educação faz hoje audiência pública com a professora do Departamento



A comissão, de dez integrantes, é presidida por Ângela Portela (PT-RR) e tem Cristovam Buarque (PDT-DF) como relator.

de Ciência Política da Universidade de São Paulo Marta Teresa da Silva Arretche; o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski; e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, do Ministério da Educação, José Francisco Soares.

Em audiência anterior, no dia 2, es-

pecialistas discutiram como elevar o desempenho em testes internacionais. Na última edição do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), os brasileiros ficaram em 38º lugar entre 44 países em raciocínio lógico e tiveram desempenho abaixo da média em leitura, ciências e matemática.

CBF não vai impedir debate com jogadores de futebol, diz Randolfe

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) não vai impedir que a Comissão de Educação (CE) faça



prensa notícia que o presidente da CBF, José Maria Marin, já mandou reprimir manifestação nas partidas do Campeonato Brasileiro. Randolfe disse não

na semana que vem debate com jogadores representantes do Bom Senso Futebol Clube.

O Bom Senso é um grupo de atletas de futebol que reivindica direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho, com a mudança no calendário dos jogos.

Segundo o senador, a im-

estranhar, porque Marin era ligado ao regime militar.

— O pior calendário de todos os calendários do futebol mundial. É uma caixa-preta, ninguém sabe como são administrados os recursos do futebol brasileiro. Nenhum entulho do árbitro vai impedir a nossa audiência.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Raupp (2º à esq.) é relator da proposta debatida ontem com João Batista Moraes (E), Wagner Ferreira e Cledo Vieira

Criação de estatuto único divide servidores da Justiça

Funcionários federais preveem perda de direitos e se opõem aos estaduais, favoráveis à proposta de emenda constitucional que permite ao STF criar uma norma única para todo o Judiciário

A POSSIBILIDADE DE criação de um estatuto único para todos os servidores do Judiciário no Brasil está dividindo os trabalhadores. O racha na categoria ficou evidente na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 59/2013, que cria um regime unificado para os profissionais.

Favoráveis

Parte dos servidores dos Judiciários estaduais é a favor por considerar que a iniciativa unificaria direitos, deveres, benefícios e vantagens, bem como o regime disciplinar e as normas processuais em todo o país. Já para aqueles ligados à União, trata-se de uma ameaça à autonomia financeira e administrativa dos tribunais e um “cheque em branco” para que o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça retirem direitos dos trabalhadores.

— A estrutura do Judiciário é uma, suas ramificações e especificidades são meramente operacionais. A disparidade de regimes só compromete a eficiência. Em Minas, por exemplo, há excesso de terceirização, de estagiários e de cargos comissionados. Além disso, a regra do concurso público vem sendo exceção em alguns estados — argumentou o secretário de Assuntos Jurídicos

da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), Wagner Ferreira.

Segundo ele, a Fenajud analisa a proposta pelo prisma da eficiência e da proteção dos trabalhadores:

— Quando discutimos a necessidade do estatuto é para evitar, por exemplo, a extinção indiscriminada de cargos essenciais, como em Sergipe, onde foram extintos os oficiais de justiça. Não existe camicase sindical. Não defendemos propostas que possam prejudicar os trabalhadores — afirmou.

Oposição

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe) tem posição oposta. Segundo Cledo de Oliveira Vieira, coordenador-geral da entidade, os servidores federais são unanimemente contra a PEC.

— Vamos continuar num processo de perda de direitos, o que vem ocorrendo desde o governo FHC — afirmou.

O coordenador da Fenajufe fez ainda um alerta aos colegas que trabalham nos estados:

— Não é fácil tratar com o governo federal. Uma coisa é lutar por seus direitos no âmbito estadual; outra coisa é enfrentar o governo Dilma.

Para João Batista Moraes Vieira, coordenador de Políticas Permanentes da

Fenajufe, será aprovada uma cartilha somente com deveres e sem direitos aos servidores.

— Não somos contra nossos colegas nos estados terem melhores salários e condições de trabalho. Mas estamos embarcando num voo cego. Não queiram acreditar que o Supremo e o CNJ estão conosco. Eles são nossos patrões e vão receber um cheque em branco — afirmou.

Proposta

A PEC 59/2013 inclui na Constituição dispositivo para estabelecer que lei complementar, de iniciativa do Supremo, criará um regime jurídico único para os servidores do Judiciário. O STF terá prazo de 360 dias para enviar ao Congresso o projeto. Esse prazo não constava da redação original e foi proposto pelo deputado Major Fábio (ProsPB), que defendia inicialmente um período de 180 dias e a determinação de que o projeto contemplasse uma isonomia salarial. Apresentada em 2007 na Câmara, a proposta foi aprovada em 2013.

No Senado, a PEC está no início da tramitação e, como na Câmara, precisa ser aprovada em dois turnos, com os votos favoráveis de pelo menos 49 dos 81 senadores.

O relator é Valdir Raupp (PMDB-RO), que preferiu não sinalizar ainda a posição dele sobre a proposta.

Renan: STJ elevou o patamar de segurança jurídica do país

Durante sessão solene realizada ontem para homenagear os 25 anos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Renan Calheiros, considerou a criação do STJ como “uma das mais impactantes inovações da Constituição federal de 1988 sobre a estrutura do Judiciário brasileiro”.

Renan observou que o STJ elevou o patamar de segurança jurídica do país ao abraçar a missão de uniformizar a legislação infraconstitucional nas instâncias federal e estadual.

Para o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, a criação do STJ “foi a face mais proveitosa da grande reformulação judiciária promovida pela Carta de 1988”. Ele lembrou que está sob a alçada do tribunal o julgamento de questões de

interesse direto da sociedade.

A homenagem foi requerida pelo senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) e pelo deputado Sandro Mabel (PMDB-GO). Enquanto Eunício considerou que a criação do STJ “traduz o amadurecimento e a robustez da nossa democracia”, Mabel prometeu se esforçar para que a PEC 209/2012, que atribui requisito de admissibilidade ao recurso especial no âmbito do STJ e da qual é relator, seja votada ainda neste semestre.

Felix Fischer, presidente do STJ, que reúne 33 ministros, destacou os 4 milhões de processos já julgados pelo tribunal.

— A nação mudou, e mudou pra melhor — resumiu Fischer, que recebeu elogios pela atuação do STJ dos senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Ana Amélia (PP-RS).



Eunício, Alves, Renan, Fischer, Mabel e Dipp: homenagem aos 25 anos do STJ

Dispensa de sabatina de Gim para o TCU acirra embates

Os governistas não conseguiram aprovar requerimento de urgência para que a indicação de Gim (PTB-DF) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) fosse votada apenas no Plenário, dispensando a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos. Com placar apertado, 25 a 24 e 2 abstenções, a decisão acirrou o racha com os senadores de oposição e independentes.

— Fazer uma aprovação para um cargo desta importância, sem um mínimo de debate, com urgência supersônica, não se apresenta como algo que a Constituição determina — argumentou Pedro Taques (PDT-MT).

João Capiberibe (PSB-AP) também criticou a pressa na análise da indicação, que chamou de “rolo compressor” da Maioria. Já Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que o caso podia abrir precedente indesejável.

Alvaro Dias (PSDB-PR) voltou a defender concurso público para conselheiro e ministro do TCU, enquanto

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a vocação e a competência do indicado para o cargo não estão comprovadas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou a aprovação de Raimundo Carreiro, sem sabatina, para o mesmo cargo em 2007.

— Isso foi feito antes, de modo que neste Parlamento esta é uma prática comum — reiterou.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), no entanto, lembrou que naquele caso houve unanimidade no Plenário, o que não ocorre em relação a Gim.

Vanessa Grazziotin celebra fim da greve na Suframa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou o fim da greve de mais de 40 dias dos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Os servidores assinaram um acordo com o governo, que deverá criar um novo plano de carreira para a categoria e remodelar a Suframa, assinalou a senadora. Vanessa ressaltou que a superintendência é de



vital importância para a Região Norte:

— Tenho certeza de que, como a bancada do Amazonas, também as do Acre, Roraima,

Rondônia e Amapá devem se mobilizar muito para transformar esse órgão numa agência de desenvolvimento regional e ter a garantia de que os recursos ali arrecadados sejam ali aplicados.

A senadora elogiou ainda os ministros do Supremo Tribunal Federal que já votaram a favor do fim do financiamento de empresas privadas para campanhas políticas.



Gim terá que passar pelo crivo da Comissão de Assuntos Econômicos



Relator do projeto na Comissão de Relações Exteriores, Jorge Viana defende em Plenário as mudanças propostas

Visto para estrangeiros terá processo simplificado

Texto que segue para sanção também acaba com a exigência nos casos de visitas de negócios e atividades artísticas ou esportivas, desde que o país de origem dê o mesmo tratamento para brasileiros

O SENADO APROVOU ontem projeto que permite a solicitação e a emissão de visto de turista para cidadãos estrangeiros pela internet (PLC 4/2014). O principal objetivo é reduzir a burocracia e as dificuldades enfrentadas por quem quer visitar o Brasil. O texto, que seguiu à sanção, foi elogiado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

— Teremos Copa do Mundo e Olimpíadas. Qualquer iniciativa que facilite a vinda de turistas para esses eventos é muito oportuna — afirmou.

A proposta também acaba com a exigência de visto de turista e de vistos temporários para estrangeiros em viagens de negócios, ou na condição de artista ou desportista, desde que o país de origem dê o mesmo tratamento a brasileiros. O projeto, do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB-PE), altera o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980).

Relator na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Jorge Viana (PT-AC) afirmou

que o número de turistas no Brasil ainda é pequeno perto do que deveria ser. Para ele, às vésperas de grandes eventos, o país não tem mecanismo eficiente de acolher visitantes.

— Apenas 6% das pessoas que viajam o mundo visitam o Brasil. É pouquíssimo. Nós temos um potencial enorme — afirmou o senador, citando dados de 2006.

Wellington Dias (PT-PI) e José Pimentel (PT-CE) elogiaram a iniciativa. Wellington lembrou as dificuldades enfrentadas por turistas para conseguir o visto de entrada.

— Em alguns casos, o custo para tirar o visto torna-se mais caro que o custo da viagem. É um passo importante que dá o nosso país — elogiou.

Formulário

As solicitações serão processadas pelo Ministério das Relações Exteriores. Para a obtenção de visto por meio eletrônico, o estrangeiro terá de preencher e enviar formulário; apresentar pela internet os

documentos solicitados; pagar as taxas cobradas e seguir o procedimento previsto nas normas do Manual do Serviço Consular e Jurídico.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), os procedimentos serão simplificados, mas não menos seguros do que os atuais, já que o governo poderá solicitar os originais dos documentos a qualquer momento.

O Ministério pode ainda editar normas para simplificar procedimentos, por reciprocidade ou por outros motivos que julgar pertinentes, e criar regras para a obtenção de vistos fisicamente separados da caderneta de passaporte.

Também poderá ser estabelecida a dispensa recíproca do visto de turista e dos vistos temporários e observados prazos de estada definidos na lei. A dispensa de vistos será concedida por acordo internacional ou aos visitantes de países que assegurem a reciprocidade de tratamento aos brasileiros.

Senado aprova criação do Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão

O Senado aprovou ontem o Projeto de Resolução (PRS) 32/2013, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Azerbaijão. O objetivo é incentivar as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos dois países. A cooperação se dará por meio de visitas, eventos, estudos e encontros para a análise de problemas e encaminhamento de soluções.

Ao justificar o projeto, o senador lembrou que o saldo da balança comercial entre os dois países é superavitário para o Brasil, que exporta principalmente carnes. Para ele, a diplomacia parlamentar pode contribuir para a aproximação dos povos e culturas e fortalecer as relações.

A relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse ser salutar a crescente atuação de grupos parlamentares transnacionais como reflexo do mundo globalizado, em que os problemas já não comportam soluções unilaterais e isoladas.

Indicações de embaixadores para Eslovênia e Tailândia são acatadas

Foram aprovadas ontem pelo Senado as indicações dos diplomatas Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, para as embaixadas do Brasil na Tailândia, no Camboja e no Laos; e Katia Godinho Gilaberte, para a embaixada do Brasil na Eslovênia. Os dois diplomatas foram sabatinados na semana passada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Guimarães de Moura recebeu 35 votos favoráveis e 7 contrários. Ele já foi conselheiro nas embaixadas do Brasil em Paris e em Varsóvia, ministro-conselheiro na embaixada em Berlim e embaixador em Liubliana, capital da Eslovênia.

Katia Gilaberte foi aprovada com 45 votos favoráveis e 7 contrários. Ela já atuou nas embaixadas do Brasil em Tóquio, Bonn, La Paz e Moscou. Foi embaixadora em Dacar e Senegal e em Gâmbia e Madagascar e, desde 2010, era cônsul-geral do Brasil em Bruxelas, na Bélgica.

Consolidação do Parlasul virá com eleições, prevê Rosinha

A reforma do Regimento Interno do Parlamento do Mercosul (Parlasul), aprovada anteontem em Montevideu (Uruguai), permitiu a retomada dos trabalhos do Plenário e das comissões depois de três anos de interrupção. Mas a afirmação do Parlasul como órgão político e decisório regional, nos moldes do Parlamento Europeu, só ocorrerá quando seus integrantes forem eleitos pelo voto popular, adverte o deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Ex-presidente do Parlasul, Rosinha foi o relator da reforma do Regimento Interno, exigida pelos países de menores bancadas — Paraguai e Uruguai — em troca da aprovação do princípio de proporcionalidade atenuada, segundo o qual os países de maiores populações terão bancadas igualmente maiores.

Para o deputado, o órgão ainda tem um longo caminho pela frente.

— Se não houver eleições diretas, o Parlasul vai virar uma ONG. Vai ser, sem querer desmerecer, como um Parlamento Andino, ou o Parlatino. E o Parlasul pode ir além dessa capacidade limitada — disse.

Inicialmente, estava prevista eleição direta em todos os países até 2010. Depois o prazo se estendeu até 2014. Até o momento, somente o Paraguai cumpre a regra. Em dezembro, chegou-se a um acordo para que as eleições ocorram até 2020. O objetivo é que o parlamentar se dedique integralmente ao Parlasul,

sem dividir o tempo com seu parlamento nacional.

Maiorias

Com as eleições, o Brasil terá 74 cadeiras, o dobro da representação atual. O alto custo da criação desses cargos pesou na decisão de adiar a eleição. Por isso, nos próximos anos, cada país ainda será representado por deputados e senadores no exercício dos mandatos nacionais.

No começo dos trabalhos do Parlamento, em 2007, todos os quatro países fundadores — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — tinham, cada um, 18 parlamentares. Na atual etapa de transição, adotou-se um primeiro passo

para implantar a proporcionalidade atenuada. O Brasil agora tem 37 parlamentares, enquanto a Argentina tem 26, a Venezuela, 23, e Paraguai e Uruguai, 18.

A reforma do regimento aumentou o quórum para diversas votações, visando valorizar a posição das menores bancadas. A aprovação de projetos e anteprojetos de norma, por exemplo, que antes necessitava maioria absoluta (metade mais um do total de parlamentares), agora exige maioria especial (dois terços do total, com parlamentares de todos os países). Como os textos ainda são submetidos aos parlamentos nacionais, como contribuição à harmonização das legislações sobre temas como meio ambiente e fronteiras, a nova maioria pode acabar tornando mais difícil a aprovação dessas propostas.

Parlamento do Mercosul reforma o regimento e encerra três anos de inatividade



Para o deputado Dr. Rosinha, sem eleição direta Parlasul vai virar uma ONG

Audiência interativa debate sistemas de logística reversa

A Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos faz hoje debate interativo sobre sistemas de logística reversa (responsabilidade compartilhada pelo descarte) de remédios e eletroeletrônicos. No Portal e-Cidadania, pode-se assistir ao vivo e participar com perguntas.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania

▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CMARSresiduosED>

▶ **Facebook:** eCidadaniaSF

▶ **Twitter:** @e_cidadania #CMASenado #PNRS

▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV